



SENADO FEDERAL

SF/25458.88947-93

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.468, de 2024, do Senador *Ciro Nogueira*, que altera o art. 27 do *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)*, e o art. 1º da *Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos)*, para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 2.468, de 2024, que altera o art. 27 do *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)*, e o art. 1º da *Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos)*, para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*.





SENADO FEDERAL

SF/25458.88947-93

A proposição se reveste de quatro artigos.

O primeiro artigo acrescenta os §§1º e 2º ao art. 27 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (CP), para prever que: i) responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique infração penal; ii) a pena é aumentada em dois terços se o corruptor ou facilitador da corrupção guardar com o menor infrator relação de parentesco até o quarto grau, por consanguinidade ou afinidade.

O segundo artigo acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para considerar hediondo o crime praticado na forma do novel §1º proposto ao art. 27 do Código Penal.

O terceiro artigo revoga o art. 244-B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que tipifica o crime de corrupção de menores.

Ao final, o PL prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificativa, o autor destaca a importância de impedir que crianças e adolescentes sejam utilizados como instrumentos para a prática de crimes. Ressalta, ainda, que o crime de corrupção de menores muitas vezes não é reconhecido pelo Judiciário na ausência de provas concretas da corrupção ou sua facilitação. Diante disso, defende a necessidade de previsão legal clara para assegurar a responsabilização do adulto que se valer de criança ou adolescente para a prática de crimes, independentemente das circunstâncias, como forma de proteção integral da infância e juventude.

A matéria foi distribuída à análise da CDH e segue à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.





## SENADO FEDERAL

SF/25458.88947-93

O PL recebeu a Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus, que busca acrescentar o §3º ao art. 27 do Código Penal para determinar nova causa de aumento de pena nos casos de prática dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com vistas a endurecer a punição para adultos que envolvem crianças e adolescentes em práticas criminosas relacionadas ao tráfico de drogas.

## II – ANÁLISE

De acordo com o artigo 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisar propostas relacionadas à proteção, garantia e promoção dos direitos humanos — especialmente aquelas que envolvam crianças e adolescentes. Por isso, a análise deste projeto por esta Comissão é plenamente justificada.

É importante esclarecer que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) será responsável por avaliar os aspectos jurídicos e constitucionais da proposta. O presente parecer, portanto, trata exclusivamente do mérito da matéria, ou seja, do conteúdo e dos efeitos sociais que a proposta busca alcançar.

A proposta está em sintonia com o esforço do Parlamento para reforçar o compromisso da Constituição com a **proteção integral da infância e juventude**. O artigo 227 da Constituição Federal é claro: o Estado tem o dever de garantir, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, protegendo-os de negligência, exploração, violência e opressão.

Infelizmente, a realidade brasileira ainda está distante desse ideal. Um dos crimes mais graves e cruéis contra crianças e adolescentes é a corrupção de menores — quando adultos aliciam ou envolvem jovens em atividades criminosas. Essa prática rouba da criança não apenas sua liberdade, mas também sua infância, sua





SENADO FEDERAL

SF/25458.88947-93

dignidade e sua chance de construir um futuro digno. E são justamente os mais pobres e vulneráveis que mais sofrem com isso.

Diante desse cenário, é fundamental que o Estado reaja de forma firme e eficaz. Precisamos de leis que responsabilizem claramente os adultos que exploram crianças e adolescentes, com punições proporcionais à gravidade do crime. A certeza da punição e penas mais severas são medidas urgentes e indispensáveis.

O projeto original acerta ao prever aumento de pena em casos mais graves. Um exemplo importante é quando o autor do crime tem laços de parentesco com a vítima. Nestes casos, o crime é ainda mais reprovável, pois envolve a traição de vínculos de confiança, afeto ou autoridade — usados de forma perversa para explorar a criança.

A Emenda nº 1-T ao PL nº 2.468/2024 representa um avanço essencial nesse sentido. Ela reconhece que os crimes ligados ao tráfico de drogas têm um impacto ainda mais profundo, especialmente em comunidades carentes, onde crianças e adolescentes são aliciados para servir como "aviões" ou até mesmo escudos humanos do crime organizado.

Esse tipo de recrutamento destrói o futuro de uma geração inteira e ameaça à segurança pública. Ao prever punições mais duras para esses casos, a Emenda nº 1-T promove justiça concreta, aumenta o poder dissuasório da legislação penal e reforça a proteção real das crianças e adolescentes.

Por todos esses argumentos, sou favorável à aprovação da Emenda nº 1-T. Ela torna o projeto mais justo, mais eficaz e mais alinhado com o que a Constituição exige: proteger nossas crianças com prioridade absoluta.





SENADO FEDERAL

SF/25458.88947-93

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.468, de 2024, e da Emenda nº 1-T.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4076085851>